

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 01 DE FEVEREIRO DE 1994

Presidente: Exmo. Sr. MINISTRO WILLIAM PATTERSON

SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA: EXMO. SR. DR. FÁVILA RIBEIRO

Secretária: BELA. ROSÂNGELA SILVA

Às 14:00 horas, presentes os Exmos. Srs. Ministros JOSÉ DANTAS, BUENO DE SOUZA, JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO FILHO, AMÉRICO LUZ, ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, CID FLAQUER SACARTEZZINI, JESUS COSTA LIMA, COSTA LEITE, NILSON NAVES, EDUARDO RIBEIRO, DIAS TRINDADE, JOSÉ DE JESUS, ASSIS TOLEDO, FONTES DE ALENCAR, HÉLIO MOSIMANN e PEÇANHA MARTINS foi aberta a sessão.

Os Exmos. Srs. Ministros ANTÔNIO TORREÃO BRAZ, PEDRO ACIOLI, GARCIA VIEIRA e WALDEMAR ZVEITER não compareceram à sessão por motivo justificado.

Lida e não impugnada, foi aprovada a ata da sessão anterior.

Em decorrência do Ato nº 8, de 25 de janeiro de 1994, a Corte Especial, por unanimidade, decidiu:

- 1) que os processos dos Srs. Ministros que não mais integram a Corte Especial e que não se encontram em pauta serão distribuídos livremente;
- 2) que os processos incluídos em pauta e com pedido de vista serão levados a julgamento pelo Relator, excluído o voto do Ministro mais moderno da Seção correspondente. Caso o "quorum" seja insuficiente renovar-se-ão o relatório e a sustentação oral;
- 3) que o Revisor será alterado automaticamente.

#### JULGAMENTOS

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO WILLIAM PATTERSON (PRESIDENTE):

Senhores Ministros, com esta sessão estamos iniciando nossos trabalhos do Ano Judiciário de 1994. Ao ensejo, cumprimento os ilustres colegas, o Senhor Subprocurador-Geral da República, Dr. Fávila Ribeiro, que pela primeira vez comparece a esta Corte, para nossa satisfação, e, também, o funcionalismo da Casa, dando-lhes boas-vindas, certo de que as férias serviram para renovar as energias consumidas nas esgotantes tarefas desenvolvidas no ano passado.

Cabe-me, ainda, o doloroso dever de registrar a perda de três estimados colegas do extinto Tribunal Federal de Recursos. Em 19 de dezembro de 1993, faleceu, na cidade de Salvador, Bahia, o Ministro Peçanha Martins, pai de nosso atual colega Francisco Peçanha Martins; em 06 de janeiro do corrente ano, faleceu, em Brasília, o Ministro Geraldo Fontellese, no dia seguinte, perdemos o Ministro Otto Rocha, também aqui em Brasília. Três figuras das mais queridas e festejadas por todos aqueles que tiveram a felicidade de, com

eles, conviver. Além de juízes eméritos, possuíam qualidades morais e intelectuais ímpares. Estão fixas em nossa lembrança as imagens de fidalguia do Ministro Otto Rocha, de placidez do Ministro Geraldo Fontelles e da fisionomia austera do Ministro Peçanha Martins. Aproveito a oportunidade para lembrar que, nos dias 4, 7 e 8 deste mês, serão celebradas missas pela passagem do 30º dia de falecimento dos saudosos amigos e, em breve, serão marcadas as datas para as sessões solenes de homenagem póstuma.

Senhores Ministros, o Regimento Interno determina que o Presidente apresente, ao Tribunal, no mês de fevereiro, relatório circunstanciado dos trabalhos efetuados no ano decorrido. A tradição desta Corte, contudo, tem-se orientado no sentido de ser oferecido, na abertura do Ano Judiciário, um sumário das atividades e, posteriormente, distribuído e divulgado o relatório circunstanciado. Da mesma forma procederei. Passo, então, à leitura desse documento.

## RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

### EXERCÍCIO DE 1993

#### 1- INTRODUÇÃO

Senhores Ministros,

O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, mediante a realização desta Sessão Plenária, retoma suas tarefas jurisdicionais, abrindo o ano judiciário de 1994.

Neste ensejo, por imperativo regimental, venho apresentar a Vossas Excelências resumo dos trabalhos desenvolvidos no período, os quais constituirão o substrato de detalhado relatório a ser oportunamente divulgado, com os mapas dos julgados, nos termos do art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno.

Consigno, preliminarmente, que, em decorrência de dar-se o marco das gestões bienais da Corte em junho, a direção da Casa, em 1993, esteve sob duas administrações: a primeira de tão marcantes e significativas realizações -, sob os auspícios do preclaro Ministro Torreão Braz, com término assinalado em 23 de julho, e a segunda, com posse no mesmo dia, presidida pela nova direção eleita para o biênio 1993/1995.

#### 2- ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Ao iniciar minha gestão, providenciei a adoção de meios, com o objetivo de racionalizar os serviços, propiciando aos usuários, principalmente advogados, a agilização do trâmite dos processos e no exercício de suas tarefas, de modo a alcançar, em nível externo, maior facilidade no acesso da sociedade às informações e, em nível interno, a devida instrumentalização do Tribunal.

Nesse sentido, os esforços foram direcionados em linhas de ação a

fim de se promover a modernização do Superior Tribunal de Justiça, mantidas as diretrizes do Plano Diretor de Informática, dando continuidade à implementação do projeto de Telemática, no desenvolvimento da chamada rede corporativa do Superior Tribunal de Justiça, sem descuidar da adaptação do Tribunal às tecnologias a serem utilizadas na nova sede.

Nessa perspectiva, o Projeto Piloto de Implantação de Rede Local, que tem como objetivo a interligação de Gabinetes, já é uma realidade no que diz respeito à Quinta Turma e Taquigrafia, em uma única rede local, tornando disponíveis serviços de processamento e trâmite de texto, cadastramento e controle de jurisprudência pessoal, bem como editoração eletrônica e gerenciamento de imagem. A Presidência e todos os gabinetes dos Ministros estão com infra-estrutura de cabeamento preparada para a continuação do projeto.

O Tribunal vem atingindo um nível vanguardista de automação nos seus diversos setores, como na Distribuição de Processos, Acompanhamento Processual, Apoio a Julgamento, Processamento e Estatística, encontrando-se as suas bases de informações judiciais e jurisprudenciais disponíveis, nacionalmente, a todos os usuários.

Algumas alterações na estrutura organizacional em diversas áreas do Superior Tribunal de Justiça foram realizadas através da Resolução nº 18, de 29 de outubro de 1993, merecendo destaque a subordinação da Secretaria de Controle Interno, com nova estrutura, diretamente ao Gabinete da Presidência, visando facilitar o atendimento aos Órgãos de fiscalização, em especial o Tribunal de Contas da União. Vale salientar que as alterações, como um todo, não implicaram a criação de cargos ou funções, uma vez que a reestruturação contempla a mudança de denominação de algumas unidades, e, ao mesmo tempo, extingue umas e cria outras em igual quantidade.

Ainda dentro dessa política de racionalização dos serviços e procedimentos, outra modificação na estrutura organizacional do Órgão, introduzida pela Resolução mencionada, foi o desmembramento da Divisão de Benefícios em três Seções (Seção de Atendimento a Beneficiários, Seção de Controle de Faturamento e Seção de Pesquisa e Atendimento ao Usuário), oficializando a estrutura informal, vigente desde a implantação do Pró-Ser. Referida Divisão foi, ainda, retirada da subordinação da Subsecretaria de Pessoal e seu reposicionamento diretamente ligado à Secretaria de Recursos Humanos, o que conferiu maior agilidade à cadeia de informações e ao processo decisório.

A execução do Programa de Capacitação/93 foi constituída de 1.687

treinamentos de servidores de diversas áreas do Tribunal mediante a realização de eventos internos e externos, bem assim do aperfeiçoamento de 30 diretores de Secretaria e Subsecretaria para o exercício das funções gerenciais, atingindo de forma satisfatória a política de valorização e aprimoramento do servidor através de sua capacitação.

Dar continuidade à construção da nova sede do Superior Tribunal de Justiça, iniciada em gestão anterior, tem sido outro objetivo perseguido pela minha administração, prevendo-se sua conclusão para o final do ano em curso, desde que assegurados os recursos orçamentários.

Em 1993, o Orçamento Geral da União (Lei nº 8.652/93), consignou ao Tribunal recursos da ordem de CR\$6.228.655.637,00 (seis bilhões, duzentos e vinte e oito milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros reais), aos quais se agregaram CR\$2.828.046.000,00 (dois bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, quarenta e seis mil cruzeiros reais), decorrentes de créditos suplementares concedidos pela reserva de contingência, perfazendo um total de CR\$9.056.701.637,00 (nove bilhões, cinquenta e seis milhões, setecentos e um mil, seiscentos e trinta e sete cruzeiros reais), incluídos aí os Encargos Previdenciários da União. Do montante, foram efetivamente aplicados 93,19%, tendo sido revertido ao Tesouro Nacional o saldo de CR\$430.226.656,84 (quatrocentos e trinta milhões, duzentos e vinte e seis mil, seiscentos e cinquenta e seis cruzeiros reais e oitenta e quatro centavos), equivalente a 6.81% do total de recursos destinados ao Superior Tribunal de Justiça no exercício em referência.

Registre-se, ainda, como acontecimento sobremodo marcante, dado o momento histórico por que passa o País, a criação da comissão encarregada de apresentar estudos e sugestões concernentes à revisão de que trata o art. 3º do ADCT da Constituição Federal, através do Ato nº 174, de 03 de agosto de 1993.

Com estas palavras, acredito ter levado, ao conhecimento dos Senhores Ministros, resumo das atividades administrativas mais importantes desempenhadas pela minha gestão, em função das metas por ela perseguidas.

Passo a relatar, em seguida, dados relevantes das atividades judicantes do Superior Tribunal de Justiça.

### 3- ATIVIDADES JUDICANTES

As atividades de prestação jurisdicional do Superior Tribunal de Justiça, durante o quinto ano de sua instalação, segundo os boletins estatísticos correspondentes, evidenciam o considerável crescimento

dos feitos em tramitação, atingindo os processos autuados e distribuídos o elevado número de 33.336 unidades. Em contrapartida, tais dados realçam a laboriosa atuação desta Egrégia Corte, consubstanciada na realização de 433 sessões por seus órgãos julgadores - Corte Especial, Seções e Turmas -, no julgamento em mesa de 17.867 processos e mais 17.238 decididos por despacho, totalizando 35.105 processos julgados, alcançando-se a significativa média de julgamentos de 1.170 feitos apurada em função do número de ministros em exercício.

A esses, somem-se 1.553 recursos extraordinários interpostos, submetidos a exame de admissibilidade pelo Vice-Presidente, por delegação de competência, dos quais 105 foram admitidos e 1.448 denegados e/ou prejudicados.

Mencionem-se, ainda 17.148 acórdãos publicados, bem assim 6.203 despachos outros proferidos pelo Presidente, ou Vice-Presidente no exercício de competência delegada, no âmbito de Secretaria Judiciária, em processos, petições, ofícios e telex.

Cortejando-se os quantitativos de processos distribuídos e julgados desde a criação deste colendo Tribunal até o último exercício findo, verificar-se que, para um total de 110.776 processos recebidos, a despeito do esforço despendido pelos Eminentes Pares, permanecem 18.892 feitos pendentes de julgamento, os quais merecerão, com certeza, a dedicação de Vossas Excelências no decorrer do presente ano.

Ainda com relação às atividades judicantes, além dos despachos exarados pelos Senhores Ministros Presidentes e Vice-Presidente junto à Secretaria Judiciária, conforme relatório da Divisão de Estatística, e daqueles prolatados na conformidade do art. 21, XIII, "c", do RISTJ, foram apreciados 44 pedidos de suspensão de segurança encaminhados diretamente ao Gabinete da Presidência.

#### 4- PLANEJAMENTO

Merecerá especial atenção, no período em referência, a viabilização do direito de carreira conferido aos servidores do Poder Judiciário, a ser consubstanciado no "Plano de Carreira", e a compatibilização das atuais realidades do trabalho e das futuras instalações do Tribunal, através do desenvolvimento do "Projeto Nova Sede".

#### 5- ENCERRAMENTO

Quero, neste momento, expressar os meus agradecimentos pela inestimável colaboração e apoio de meus Pares, os quais me confiaram a difícil tarefa de administrar a Casa, ao lado do expressivo esforço despendido com a finalidade de se obterem os melhores resultados na prestação jurisdicional, que tanto enobrece esta

Corte.

Nesta oportunidade, realço, também, a atuação dos dirigentes, assessores e demais funcionários, que, com dedicação e desvelo, executaram suas tarefas, nem sempre identificadas, mas, certamente, todas importantes para os bons resultados obtidos.

Esclareço mais uma vez que o relatório circunstanciado será distribuído a todos os Srs. Ministros e divulgado no mês corrente de fevereiro.

Passo a palavra ao Sr. Ministro Jesus Costa Lima, que tem alguns esclarecimentos a prestar a respeito da informática.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO JESUS COSTA LIMA: Sr. Presidente e Srs. Ministros. A Secretaria de Informática vem de ser reestruturada visando a atender melhor não só aos Srs. Ministros como aos usuários. Foram criadas três Gerências: de Atendimento a Órgãos de Apoio e Assistência; de Atendimento a Órgãos de Direção e de Recursos Tecnológicos e Informática Jurídica, com seções de apoio, destacando-se a de atendimento aos Ministros, dentro dos limites de funcionários técnicos.

Foi realizado através da Universidade de Brasília o concurso Público para preenchimento de 24 cargos de analistas e 34 de programadores. Durante o mês de janeiro a Secretaria de Informática não ficou parada. Os Colegas já devem ter notado alguma diferença em seus gabinetes que passaram a contar com um monitor Super VGA colorido e uma impressora jato de tinta HP. Foram instalados 19 microcomputadores, 60 monitores coloridos Super VGA, 68 impressoras jato de tinta e 100 "mouses" e remanejados 52 monitores monocromáticos e 31 impressoras.

A célebre "Escolinha", este ano, vai funcionar de modo diferente. A partir de 1º de março, o Ministro que desejar comunicará ao Presidente da Comissão de Coordenação o horário de sua preferência para que um técnico vá ao respectivo gabinete para orientá-lo como melhor utilizar o microcomputador, uma vez que o equipamento já estará disponível em seu gabinete. Tenho a impressão de que, desse modo, cada Ministro, em quinze ou trinta dias no máximo, estará apto a saber o que é uma CPU, um winchester, um hardware, um monitor, como usar o teclado, digitar textos, formatar, inserir, acessar, fazer um backup, etc. Enfim, verificar que o microcomputador contribui acentuadamente para agilizar o trabalho.

Conseguimos com a Caixa Econômica Federal que o microcomputador, no gabinete do Ministro, acesse à Caixa Econômica, obtendo informações sobre saldo de conta-corrente, conta-poupança, investimentos, etc. Enfim, não há mais necessidade de pedir saldo à Caixa Econômica,

pois na tela do microcomputador poderá obter todas essas informações.

Estamos em entendimento com o Banco do Brasil e com o Banco Real para utilizar o mesmo sistema, o que ocorrerá, também, se tudo correr bem, provavelmente, ainda este mês. Esse serviço está à disposição dos funcionários.

Na 5ª Turma, começamos o "Projeto Piloto", o qual não pudemos dar seguimento em decorrência da sobrecarga de energia elétrica e não se justificando maiores investimentos neste prédio.

No momento, com a instalação de um microcomputador e de uma impressora, à medida que são proclamados os resultados, é digitado o telex e imediatamente transmitido; ou quando comparece um advogado que faz sustentação oral, logo em seguida ao julgamento, se ele quiser esperar cinco minutos, já leva a certidão do julgado. As notas taquigráficas não vão mais através de papel, aparecem na tela do microcomputador. O Ministro faz a correção que quiser e, depois, é só mandar que o funcionário imprima e faça descer o voto.

Pretendemos, este ano, prosseguir com a experiência, começando pela 6ª Turma.

Eram essas as comunicações que queria fazer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encerrou-se a sessão às 16:25 horas, tendo sido julgados 02 processos, ficando o julgamento dos demais feitos adiado para a próxima sessão.

Brasília, 01 de fevereiro de 1994

MINISTRO WILLIAM PATTERSON  
Presidente da Sessão

ROSÂNGELA SILVA  
Secretária